

**O NEGRO, O DISCURSO, O POVO E A LITERATURA:  
RELEVOS DE LEITURA DA OBRA UBALDIANA**

GIACON, Eliane Maria Oliveira <sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo pretende iniciar algumas discussões em Análise do Discurso e de Literatura a respeito da obra *Viva o povo brasileiro* (1984) de João Ubaldo Ribeiro. Pontuaremos o título da obra e a releitura da História Oficial do Brasil, em cujos moldes, os fatos relativos ao negro foram encobertos. Portanto, o romance agencia os discursos ocultados pela historiografia com uma multiplicidade de vozes, que compõem a identidade nacional brasileira via o discurso oral dos negros da ilha de Itaparica – BA.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso; Negro; Identidade.

**THE BLACK, THE SPEECH, THE PEOPLE AND THE LITERATURE:  
RELIEFS OF READING OF THE WORK OF JOÃO UBALDO RIBEIRO**

**ABSTRACT:** The present article intends to initiate some quarrels in Analysis of the Speech and Literature regarding workmanship *Viva o povo brasileiro* (1984) of João Ubaldo Ribeiro. We will speak about the heading of the workmanship and the read of the Official History of Brazil, in whose molds, the relative facts to the black had been hidden. Therefore, the novel work with the speeches occulted for the historiography with a multiplicity of voices, that compose the Brazilian national identity saw the speech verbal of the blacks of the island of Itaparica - Bahia - Brazil.

**KEYWORDS:** Speech; Black; Identity.

---

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Doutorado em Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Assis/SP. Professora Titular da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: giaconeliane@uems.br.

## **1 CUME: JOÃO UBALDO E VIVA O POVO BRASILEIRO**

A obra *Viva o povo brasileiro* (1984) pode ser descrita como um conjunto de discursos agrupados pelo autor, que se caracteriza por uma certa unidade fundada numa espécie de discurso humanístico centrado no homem. Sua fundamentação sociopolítica entrelaça os textos nos quais há uma polifonia que propicia a convivência de gírias, de termos de outras línguas, de palavras originadas nos diversos extratos da cultura brasileira, de outras criadas pelo autor. Estas várias manifestações discursivas fazem de João Ubaldo Ribeiro não apenas um contador de causos, mas um articulador da linguagem, cujos textos são compostos de um mosaico discursivo, no qual “o não-sujeito é interpelado – constituído em sujeito pela ideologia” (PÊCHEUX, 1997, p. 155). A obra possibilita o resgate de uma visão antropológica do negro no Brasil e a instauração do pensamento filosófico discursivo sobre a negritude. Sua construção revela a forma como o negro aparece na história e na literatura brasileiras e serve para demonstrar como um romance de forma “engajada” pode trabalhar questões relativas à re(leitura) da história oficial tomando por base a oralidade e a luta de classes na composição de quatro séculos de história brasileira.

Conheçamos um pouco mais do romance *Viva o povo brasileiro*, antes de tratarmos da relação da obra com a História da Literatura e a História Oficial do Brasil; sua relação com a antropologia e com o pensamento filosófico brasileiro; a relação da obra com o engajamento sóciopolítico de seu tempo; e, por fim, um pouco de João Ubaldo e sua formação política.

Um inventário do livro poderia resultar na seguinte proposta: ele está dividido em 20 capítulos e cada capítulo é dividido em três ou quatro partes menores. A narrativa estrutura-se em torno de dois eixos: a história dos descendentes de Amleto Ferreira, que traça a trajetória da classe dominante; e a história dos descendentes do caboclo Capiroba e Dadinha, que contam a história da classe dominada. Em vários momentos, as histórias dos dois núcleos se cruzam na narrativa, considerada como um conjunto de discursos “organizados” pelo autor, cuja organização temporal não ocorre de forma cronológica. Isto porque um capítulo pode conter fatos sobrepostos dos quatro séculos de História do Brasil, indo desde a colonização no século XVI até o século XX, com o foco no período Médici, uma das fases mais violentas da Ditadura Militar instaurada a partir de 1964.

Após esse pequeno intervalo, voltemos às questões pertinentes aos discursos que se processam no interior e no exterior da obra. No exterior, há dois pontos a serem discutidos: o primeiro está relacionado à posição da obra quanto à literatura engajada do seu tempo e a

segunda quanto à posição do escritor em relação à ciência política. Segundo Malcolm Silverman, no início dos anos 1980, todos os segmentos do Brasil estavam unidos num estado de bloqueio pessoal e apreensão, o que resulta numa produção literária com um “contínuo refinamento do projeto romanesco”, culminando em diferentes manifestações literárias que retratam um Brasil sob diferentes facetas. Exemplos citados pelo autor são *O Dia de Ângelo* (1987), de Frei Beto, obra que se aprofunda no valor histórico da narrativa catalogando a tortura da ditadura de 1964 e *A Ordem do Dia* (1983), de Márcio Souza, que descreve o início da década de 1980, criticando o governo militar da época (cf. SILVERMAN, 2000, p. 18).

Em meio a uma literatura de protesto e engajada, João Ubaldo Ribeiro escreve *Viva o Povo Brasileiro* (1984), um romance histórico contemporâneo, cujo enunciado-título, de acordo com Pêcheux, trabalha com “os conflitos pessoais em torno de classe e raça refletindo uma questão coletiva mais profunda: a disparidade entre o fato e a falácia, entre a realidade histórica e a oficial” (SILVERMAN, 2000, p. 244). Se por um lado as duas primeiras obras irão compor um painel metafórico do período de 1964 até os primeiros anos da década de 1980, o livro de João Ubaldo sai do círculo do “vou contar um segredo para desabafar”. Sua obra trabalha com uma análise mais crítica dos diferentes discursos que compõem a mentalidade social e política do brasileiro. A intenção do autor é exatamente fazer um resgate via negritude das vozes discursivas negras que ficaram politicamente interdidas durante quatro séculos da história e da literatura brasileiras.

Os discursos que se processam no interior da obra atêm-se a questões antropológicas, filosóficas e literárias para justificar a escravidão engendrada pela elite dominante, enquanto há outros que evidenciam o apagamento do negro na literatura e na história do Brasil. Para exemplificar, tomemos um diálogo da obra *Viva o povo brasileiro* entre Amleto (representante da burguesia do início do século 19), o cônego (representando a igreja católica) e o barão (representando o senhor de escravos. Nesse diálogo, o cônego diz que os negros são “a raça mais atrasada sobre a face da terra, os descendentes degenerados das linhagens camíticas” (RIBEIRO, 1984, p. 119), justificando a escravidão devido ao fato de que essa linhagem descendente de Noé seria a mais atrasada e, portanto, no Brasil só servia de base genética para a criação do mestiço. O autor destaca, nessa passagem, “através de um hábil jogo interdiscursivo, o vazio retórico que caracteriza o discurso das classes dominantes impregnado de um discurso cientificista, que marcou o século 19 e que serviu, com suas teorias racistas, de justificativa à manutenção da escravidão” (BERND; UTEZA, 2001, p. 91) e seus desdobramentos, que apagam a presença do negro na literatura, como é possível

observar tomando como contraponto a obra *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, e uma passagem de *Viva o povo brasileiro* (1984).

Se por um lado, Euclides da Cunha “estabelece um contraste entre o rude sertanejo, o degenerado mulato e o fraco negro” (BERND, 2003, p. 56), João Ubaldo Ribeiro não só integra o mulato e o negro à Guerra de Canudos como também os considera como fortes e comandantes da resistência ao poder. Nesse sentido, é possível observar, fundamentados em Michel Foucault, que “para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder [...] que venha de baixo e se distribua estrategicamente” (1997, p. 41), na intenção de minar os alicerces do poder, e que estão distribuídos na obra *Viva o povo brasileiro* em discurso econômico, discurso antropológico, discurso histórico, discurso literário, discurso político e discurso retórico. Sendo, pois, essas formas de poder dessacralizados com discursos que se contrapõem e se sobrepõem num emaranhado discursivo de baixo - das entrelinhas do texto - para cima na estrutura da obra -, a fim de construir um discurso heterogêneo de identidade nacional, fomentado pelo contexto histórico dos primeiros anos da década de 1980.

## **2 (1984) ISTMO ENTRE DITADURA E A (RE)DEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL**

O ano de 1984, data da publicação de *Viva o povo brasileiro*, marca o final simbólico de um processo político, que inicia em 1978, quando trabalhadores do campo e da cidade, estudantes e a ação popular dão novo impulso à política brasileira. Em termos cronológicos, é possível observar que os anos mais terríveis da Ditadura de 64 ocorrem entre 1968 e 1978. Após esse período, marcado por torturas dos militares e movimentos de levantes de sindicalistas, políticos, camponeses e estudantes, há o que poderíamos chamar de um período de “novos ares”, mas repleto de desconfiança e de suspeitas sobre o que poderia vir a acontecer.

Este contexto influencia muito o discurso do intelectual brasileiro, acostumado com a metáfora para falar sobre o Brasil, e que se vê diante de um novo momento histórico no qual ele precisa agir a fim de efetuar uma organização discursiva sobre seu país. Para tanto, os fatos históricos relativos à política, à economia, aos movimentos populares, aos partidos políticos, às práticas do governo militar, à luta pelos direitos humanos e à redemocratização do Brasil influenciam diretamente na produção literária dos escritores, entre eles João Ubaldo Ribeiro. A forma encontrada, nesse projeto, para delimitar os fatos do período que vai de

1978 a 1985 foi utilizar as balizas temporais dos anos, seguidos dos fatos, a fim de situar historicamente o leitor:

1978 – A LSN (Lei de Segurança Nacional) sofre a primeira alteração desde o AI 5 de 1968, que consiste na supressão da pena de morte e prisão perpétua. Isso graças à pressão de organismos internos e externos contra as torturas, que eram praticadas contra presos políticos.

- Impulso das atividades sindicalistas com greves em São Paulo, Rio, Bahia entre outros estados.
- Surge a VAR (Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares) a última organização de esquerda em São Paulo.
- É fundado o Comitê Brasileiro pela Anistia.

1979 – Ano da Anistia; o governo militar acaba com o bipartidarismo, instituído por ele. Assim o partido de esquerda MDB e da direita ARENA são extintos surgindo deles os seguintes partidos: PMDB, a partir do MDB; o PDS a partir da ARENA, que hoje é o PSDB. Outros partidos novos são criados como é o caso do PT, e outros que estavam desativados como o PTB e o PDT são reativados pelos trabalhadores. Alguns conservadores da ARENA e do MDB criaram o PP.

- O delegado Fleury é apontado como torturador pela Pesquisa BNM.

1981 – Realizou-se a CONCLAT (Confederação das Classes Trabalhadoras), na qual os delegados elegeram os membros da Pro-CUT.

- Explodem três bombas: uma na OAB do Rio de Janeiro, outra na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e por fim a Bomba do RioCentro, que explodiu na mão de um militar (Guilherme Pereira do Rosário do Serviço Secreto do Exército).

1982 – Ocorrem as eleições para prefeito, vereador, deputado estadual, federal e senador, num clima de abertura, que consagrou as oposições.

1983 – Criação da CUT.

- O governo tenta aprovar o reajuste salarial em torno de 80% do INPC, o que não passa no Congresso. No final o governo consegue passar o arrocho salarial, num índice inflacionário alto, pois após o período de “pseudo-estabilidade” financeira e com a alta do petróleo, o Brasil, que até então dependia de energia externa se viu num furacão inflacionário.
- Intensificam a campanha “Diretas Já”.

1984 – O Ano das “Diretas Já”. Chega ao auge a campanha das “Diretas Já” com a votação da emenda de Dante de Oliveira, que estabelecia a eleição para presidente do Brasil. Surge uma emenda deixando as eleições para 1988. Com isso, o PDS vota contra e a emenda das “Diretas Já” consegue 298 votos, vinte e dois a menos do que ela precisava para passar.

1985 – Forma-se a Aliança Democrática, que elege em janeiro, com 480 votos do Congresso Nacional, o senador Tancredo Neves para Presidente do Brasil.

### 3 ENCOSTA: NEGRO (UM DISCURSO A SER LIDO E/OU (RE) LIDO)

Para Eric Wolf, “é preciso poder político para estabelecer, para manter e para determinar as forças do mundo que influenciam os povos a serem analisados” (2003, p. 327), tal como ocorre com os negros trazidos para o Brasil e que enfrentaram toda sorte de violências, sendo tratados como mercadorias — o que, segundo Jaime Pinsky, “não terá sido das menores violências perpetradas contra o negro” (1994, p. 33) —, numa trajetória de barbáries que inclui os porões dos navios negreiros até as favelas brasileiras no século 20, num espaço histórico marcado por conflitos de classes. Nesse conflito, a elite branca criou, segundo Marilena Chauí, “uma sociedade colonial escravista [...] marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma como a sociedade fortemente verticalizada operacionaliza a relação entre superior e inferior” (2000, p. 89). Na base dessa pirâmide social estão os negros e mulatos que “não participam de todos os estratos sociais [...]. Logo, não há miscigenação em todos os estratos sociais” (OLIVEIRA, 1998, p. 55). O resultado todos conhecemos: “os brancos estão no topo do poder e do prestígio, e os pretos e pardos estão excluídos” (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

A mesma elite branca criou, ao longo da História do Brasil, o discurso do “mito da democracia racial”, que seduz e encanta “os próprios críticos das relações raciais harmônicas brasileiras” (OLIVEIRA, 1998, p. 57), num processo de aniquilação da própria condição de ser negro ou mulato no Brasil, pois esse discurso é mais danoso do que se fosse racista e discriminatório. O discurso de ilusão da harmonia entre as raças sem luta por melhores condições sociais e econômicas das classes inferiores — os negros e mulatos — se renova de tempos em tempos com diferentes vozes. Entre eles, o abolicionista Joaquim Nabuco, quando diz “a ilegalidade da escravidão é assim insanável, quer que se considere no texto e nas disposições da lei, quer na força e na competência da mesma lei” (2000, p. 81). Nessa mesma linha, o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu publicamente que, no Brasil, de fato convivemos com discriminação e preconceito. Estas falas nos levam a observar que a condição de negro ou afro-brasileiro passa na atualidade por um processo de revisão fundamentado num poder político sustentado pelos movimentos negros. Em oposição ao discurso de “ninguendade” — proposto por Darcy Ribeiro como forma da comunidade negra se identificar com o Brasil (2000, p. 131) — ao de “alguendade”, o qual se apresenta hoje com discursos eivados de consciência política e cultural.

O processo de libertação do negro não se resolveu com a “Lei Áurea” de 1888. Segundo Ana Valente, a lei “fez com que os escravos [...] fossem expulsos das fazendas e não tivessem para onde ir [...] o que resultou numa massa de negros perambulando pelas fazendas” (1987, p. 22). Não tendo para onde voltar, muitos deles se tornaram vítimas da má-sorte, engrossando as fileiras dos presídios e da bandidagem; as negras, dos prostíbulos e dos becos das grandes cidades, continuaram a ser “coisas” por mais tempo, se comparados aos homens. Assim o Brasil entra no século 20 ouvindo os portadores do Pensamento Filosófico Brasileiro como Silvio Romero, que utilizam o pensamento positivista do século 19 para justificar a raça negra. Segundo ele, “a grande singularidade das gentes negras é não haverem [...] chegado a conhecer a organização patriarcal da família [...], o que ver-se-á a consequência de tudo isso na psicologia geral do brasileiro” (1980, p. 246). Para ele, a escravidão “serviu para vincular pretos e brancos” (*Idem*, p. 134), num processo civilizatório que corrobora o discurso do mito da democracia racial, ao qual se contrapõem os discursos da História Oficial, da Literatura, da Política e da Educação.

Contribuamos para esse estudo com algumas observações sobre a presença do negro na História do Brasil. Uma das constatações sobre o assunto é que houve períodos em que ocorreu uma espécie de “apagamento” dos movimentos negros.. Este é o caso da *Revolta de Palmares* (1695) com a figura de Zumbi, que resistiu por muito tempo no Quilombo dos Palmares; *A Conjuração Mineira* (1798), que teve como líderes o mulato João de Deus do Nascimento e a negra Domingas Maria Nascimento; *A Revolta dos Malês* (1835), em Salvador-BA, na qual os negros foram liderados por Manuel Calafate, um líder muçulmano contra as tropas imperiais; *A Revolta da Chibata* (1910), liderada por Antônio Candido, alcunhado na MPB como “o navegante negro”, que se revoltou contra os castigos aplicados aos marinheiros; *A Revolta de Canudos* (1897), entre outros dados, que não foram registrados pela história oficial, sem referendar explicitamente a participação do negro e que só agora, após o “Estatuto de Igualdade Racial” (2001) e a Conferência de Durban – África do Sul, no mesmo ano, foi possível definir os contornos dos movimentos negros. A partir disso, a História do Negro, no Brasil, passa a ser pesquisada de forma intensificada num trabalho etnográfico e de arquivo, nos quilombos (história oral) e nos dados históricos (história escrita) guardados na Biblioteca Nacional e nos arquivos da UFF (Universidade Federal Fluminense). Além disso, são importantes nesse processo as pesquisas em terreiros de Candomblé (Bahia e Maranhão) e nas Irmandades de Minas Gerais, entre outras fontes.

Em termos mais amplos, estamos procurando uma história até mesmo recente com mecanismos de quem procura uma civilização muito antiga, tudo isso graças a duas linhas de

um discurso de uma Lei Áurea que diz “É declarada extinta a escravidão no Brasil, /Revogam-se as disposições em contrário”, pois pretendia-se acalmar os ânimos dos políticos da época com o fim da escravidão. Contudo, o que se observou foi que isso não ocorreu e que os fazendeiros escravocratas derrubaram a Monarquia e aderiram ao conceito que excluía o negro com sua língua, sua cultura e sua religião. A República não é escravocrata, mas sim detentora da desigualdade social, que continua até os nossos dias. O resultado desse processo foi que o Brasil precisou de um século para que a Constituição de 1988 frisasse a pluralidade do povo brasileiro, assumindo em lei o que, desde o final da década de 1970, os membros do Movimento Negro Unificado já vinham orientando os ativistas na luta pelo reconhecimento de uma identidade negra. Percebe-se que a liberdade do negro no Brasil é feita a conta-gotas e que cada vitória deriva de lutas e movimentos que geralmente coincidem com momentos políticos decisivos, tais como a proximidade da Proclamação da República (1889) ou com a passagem da ditadura militar de 1964 para a (re) democratização de 1985.

E como o negro é representado na literatura? Nos discursos literários, desde os poemas de Gregório de Matos do século 17, “a matéria negra [...] surge na literatura brasileira como no poema *Bahia* [...] ‘Dou ao demo os insensatos/ Dou ao demo a gente asnal/ que estima por cabedal/ Pretos, mestiços e mulatos’” (PROENÇA FILHO, 2006), até *Viva o povo brasileiro* (1984), no qual “o negro é [...] um elemento ativo no discurso de identidade nacional; logo, a obra se constitui na luta permanente pela liberdade” (BERND, 2003, p. 86). Nesse intervalo, há momentos bastante ilustrativos, como no caso de José de Alencar, que “a exemplo dos escritores do século XVIII, não contemplou, no século 19, o negro nesse plano em que foram minuciosamente retratados o sertanejo, o gaúcho, o índio, o bandeirante, além do colonizador branco” (*Idem, ibidem*), a fim de criar um discurso hegemônico da origem da nacionalidade brasileira, vista como fruto da civilização branca com o exotismo indígena. O branqueamento do negro ocorre no discurso da obra *A Escrava Isaura* (1872), de Bernardo Guimarães; no caso do discurso do poema *O Navio Negreiro* (1875), de Castro Alves, o eu-lírico “não entrou na pele do negro para ser seu porta-voz, mas que apenas tomou o escravo e a escravidão como temática de eleição” (BERND, 1988, p. 57). Contudo, é fruto desse mesmo período “o discurso de Luiz Gama, que pode ser considerado o discurso do negro, por sua completa inserção na causa negra” (*Idem, ibidem*). Na obra *O Mulato* (1881), de Aluísio de Azevedo, os discursos marcam o dilema de um mulato entre querer ser branco e ser rejeitado pelos brancos. O restante das obras irá tocar na questão do negro de forma superficial ou muitas vezes tomando a negra como exótica e sedutora, como é o caso do discurso do poema “Nega Fulô” (1929), de Jorge de Lima. Um dos nomes que, anteriormente a Jorge Lima, tratará da

questão do preconceito racial foi Lima Barreto em *Clara dos Anjos* (1904). No entanto, o negro como formador da identidade nacional aparecerá em duas obras que se contrapõem: na primeira, *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, o negro Macunaíma torna-se branco ao banhar-se numa fonte mágica, o que lhe dá um certo *status*, reforçando “o mito da democracia racial”; na segunda, *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro, o negro passa por um processo de luta de classes, por meio do qual são forjados seus heróis, tais como Zé Popó e Maria da Fé, que se constituem como porta-vozes de defesa do povo brasileiro. Dessa forma, podemos concluir com Zilá Bernd que o discurso, seja da poesia ou da prosa negra, “não é o reflexo de uma ideologia exterior [...] é o local de geração de ideologia” (*Idem*, p. 91).

Se a presença do negro na História e na Literatura é um discurso em re(estruturação), na educação, por sua vez, a sua situação é uma realidade a ser mudada. Isto porque, segundo dados do IBGE, o número de negros entre 5 e 14 anos no Ensino Fundamental corresponde a 79,6%. A média de permanência do aluno negro nos bancos escolares é de 4,5 anos contra 6,7 dos alunos brancos. Os dados acima observados se completam com outros que demonstram que nos 18 cursos superiores analisados pelo MEC, no exame de 2000, os afro-brasileiros contribuíram com apenas 15% dos formados, sendo que 8,2 dos brancos têm ensino superior completo contra 2,0% de negros, muito embora eles constituam 45% da população brasileira. Em todos os dados analisados nesse projeto, foi possível verificar que todos os índices de escolaridade dos brancos eram maiores que as médias nacionais, o que demonstra o quanto a população negra do Brasil está longe de atingir os níveis mínimos de cidadania.

Os dados corroboram para referendar uma discussão, que permeia o universo acadêmico sobre a questão das cotas para negros (afro-brasileiros) nas universidades públicas, sendo que um dos primeiros Estados a promulgar uma lei sobre o tema foi o Rio de Janeiro com o Decreto Nº 30.766/2002, que prevê a cota de até 40% de vagas para esta etnia. No Mato Grosso do Sul, a UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), desde 2004, prevê 20% de suas vagas para afro-brasileiros, num sistema de cotas que é instituído pela Lei Estadual 2605/06/2003 e regulamentado pela Resolução 245/2003.

Como pode ser notado nessas iniciativas, o sistema de cotas implantado nos Estados atende à Constituição de 1988, no sentido de diminuir gradativamente o impacto dos efeitos discriminatórios que essa população vem sofrendo com a aplicação de ações afirmativas, que, segundo Luis Silva “consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos de discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de complexidade física”

(SILVA, 2006). É possível constatar, no entanto, que estas políticas só ocorrem por força do poder político, que institui regras, as quais podem dar voz e vez aos negros e afro-brasileiros. Portanto, apesar dos pequenos avanços, a luta por um discurso de identidade continua.

#### **4 VEREDA: UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE**

A partir da forma como o sujeito ideológico se identifica nos seus discursos, ele aprende a lidar com o mundo real que o circunda, recebendo e doando inferências ideológicas num espaço osmótico “no qual o indivíduo passa (grifo nosso) a ser visto como mais localizado e definido no interior das grandes estruturas e formações sustentadoras da sociedade moderna” (HALL, 2000, p. 29), nas quais o discurso de identidade do sujeito é uma formação discursiva que se constitui via alteridade, pois o sujeito, constrói um discurso de identidade, que o faz integrar-se ao grupo ao qual ele pertence ou o faz repelir um determinado grupo em relação ao outro. Logo a identidade é um termo, que segundo Claude Levi-Strauss, se apresenta como “uma entidade abstrata, sem existência real, mas indispensável como ponto de referência”, sendo assim um conceito “que não pode afastar-se da alteridade” (BERND, 2003, p. 17), pois ela deve ser reflexiva e possuir a dimensão de exterioridade, o que, segundo Stuart Hall, “é algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, [...] ela está sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada” (HALL, 2000, p. 30), construindo um dispositivo discursivo que representa e identifica uma comunidade.

Assim o discurso de identidade de individual passa a ser coletivo na medida em que o sujeito constrói via representação linguística os mecanismos de identificação de um grupo com o uso da história, da filosofia, da religião, das lendas, do sistema familiar, enfim formas discursivas que agem como um processo “em permanente movimento de construção/desconstrução, criando espaços dialógicos [...] concebidos como continuidade, como síntese inacabada” (BERND, 2003, p. 18) do conceito de identidade que se revela muito útil para a leitura de textos, nos quais ela possa estar associada ao fruto do pensamento intelectual e político de cada época da história de uma comunidade.

Assim obras antropológicas e literárias são discursos organizados em função de uma representação da identidade de um povo, que em alguns livros como *O povo brasileiro* de Darcy Ribeiro e *Viva o povo brasileiro* organizam diferentes discursos sobre a identidade, que no caso do romance ubaldiano a identidade do negro brasileiro passa por uma releitura, na

qual os afro-brasileiros representam uma consciência coletiva na construção da identidade nacional, sendo eles portadores de um saber que, mesmo tendo sido reelaborado aqui no novo mundo, é proveniente de um passado remoto, arcaico, situado na origem da humanidade e transportado para Itaparica (cuja etimologia quer dizer, em tupi, "cerca de pedra"), que por sua geografia se configurou em um receptáculo, que o guardou, revelando-o nos discursos de alguns representantes desse povo como Dadinha, Júlio Dandão, Cego Faustino e Maria da Fé. Portanto, podemos concluir que “a identidade nunca é dada, recebida ou definitivamente atingida” (BERND, 2003, p. 22), pois ela é um discurso em movimento. Entende-se por discurso qualquer enunciado, que por força da ideologia do sujeito possa servir de *corpus* para um exercício analítico, que, no presente projeto, pretende trabalhar o enunciado-título da obra “Viva o povo brasileiro” por dois eixos: o primeiro quanto ao efeito de sentido das palavras “viva” e “povo”; e o segundo pelo deslocamento do sentido histórico-político desses termos: “Viva!” – quando do nascimento de Daê (Vevé) em 1815; “Viva nós!” — quando da fundação da Irmandade do Povo Brasileiro em 1827; “- Viva nós! Disse sorrindo Budião. – Viva nós! Respondeu Zé Pinto, muito sério” em 1870” e “Viva o povo brasileiro! Viva nós” em 1897.

Verifiquemos o que diz o Dicionário Houaiss sobre os dois termos: /viva/ pode assumir o significado de verbo como *imperativo do viver* e como substantivo masculino sendo *expressão de felicitação*; / povo/ , substantivo que evoluiu do latim *populus* (multidão), que tomaremos três concepções entre as dezesseis, que o mesmo dicionário traz: *conjunto de pessoas que estão ligadas por origem, religião ou qualquer outro laço; conjunto de pessoas que pertencem a classe mais pobre, plebe; conjunto dos cidadãos de um país, excluindo-se os dirigentes e a elite econômica.*

O enunciado “Viva o povo brasileiro”, sem ponto de exclamação, abre várias possibilidades de sentido que se “constituem em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras [...] mantêm com outras de mesma formação discursiva” (PECHÊUX, 2006, p. 161), constituindo um lugar de sentido, no qual a palavra “viva” significa uma saudação de desejo de felicidade ao povo brasileiro, tomado na obra como o povo negro e também como uma ordem de que esse povo deveria viver por meio de sua história, de sua religião e de sua cultura, a fim de superar a elite branca. A palavra “povo” pode ser lida como um “processo da identificação, representado ideologicamente sob a forma da intersubjetividade” (PECHÊUX, 2006, p. 129), que muda de posição de acordo com o sujeito que a emprega.

Nessa esteira de raciocínio, o autor — sujeito que organiza os discursos — distribuiu ao longo da obra desdobramentos do título, que acompanham o processo de identificação

ideológica do negro, durante o século 19, em relação à releitura de sua história. Para tanto, o discurso “Viva!” (RIBEIRO, 1984, p. 44), pronunciado por vó Dadinha, matriarca e gangana dos negros da Senzala de Pirapuama, saudando, em 1815, o nascimento de Daê (Vevé), cujos olhos são esverdeados e ela possui uma marca sobre o olho esquerdo como símbolo de predestinação. O discurso pronunciado a partir da posição do sujeito Dadinha, em relação ao posicionamento dos escravos, representa um presságio de mudanças para aqueles que até então viviam sem a consciência de povo.

No segundo discurso — “Viva nós!” (RIBEIRO, 1984, p. 209) —, pronunciado pelo sujeito Dandão, um negro malê do Islão Negro, quando da fundação da Irmandade do Povo Brasileiro, em 1827, vem acompanhado do gesto de levantar o punho fechado e esmurrar o ar à frente do rosto, que o autor capturou do discurso e de Malcom X<sup>2</sup> e dos *Black Panthers Party*<sup>3</sup>, que somente mais de um século depois influenciariam os negros dos EUA contra a discriminação racial, que levou atletas negros, em 1968, a fazerem esse mesmo gesto quando o Hino Nacional Americano era tocado nos jogos olímpicos. Não só o gesto torna-se uma marca de interdiscurso entre os fatos históricos do tempo do autor e o tempo da obra, como também a saudação “Viva nós!” inicia um processo de identificação entre os membros daquela irmandade, que assegurou a continuidade da tradição de um povo.

No terceiro enunciado discursivo, que ocorre quando da volta de Budião da Guerra dos Farrapos (1835-1845). A personagem encontra Zé Pinto e diz “ – Viva nós! Disse sorrindo Budião – Viva nós! Respondeu Zé Pinto” (RIBEIRO, 1984, p. 337). Observa-se que nesse texto produz-se a ruptura, pois o que deveria ser senha para eles, representa uma forma discursiva, na qual os sentidos são díspares, pois se um “viva” constitui uma ordem de vida longa, o outro representa uma posição de desagrado.

No último discurso “Viva o povo brasileiro!, Viva nós!” (RIBEIRO, 1984, p. 556), o sujeito Maria da Fé, numa egrégora, fecha dois pontos da análise proposta: o primeiro quanto a palavra /viva/ como imperativo do verbo viver, que é saudação e constatação de que, a partir daquele momento, a identidade negra sobreviveria à História Oficial; o segundo relaciona-se com a simetria entre o substantivo /povo/ e o pronome pessoal /nós/, que se tornam uma reflexo da outra, passando a significar nós(negros) somos o povo brasileiro, pois “as palavras[...] mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

---

<sup>2</sup> Malcom X (1925-1965). Líder negro político-religioso (muçulmano), que denunciou como a polícia e a política dos Estados Unidos tratavam os negros do Harlem.

<sup>3</sup> O Partido dos Panteras Negras foi um grupo político-social que visava proteger a comunidade negra da Califórnia (EUA), após ela ter sofrido sucessivos abusos da polícia na década de 1960.

## 5 ENTRE RELEVOS

Uma obra literária como *Viva o povo brasileiro* configurou-se nas últimas décadas como um material riquíssimo, que pode ser lido sob diferentes visões, que ora se confluem, ora se repetem, pois as possibilidades de análise são muitas. Isto porque, entre relevos das planícies aos elevados cumes da escrita, “todo texto literário se situa, de modo mais ou menos visível, num espaço intertextual – espaço de confluência (de aceitação, de recusa, de transformação) de outros discursos (de teor literário ou extraliterário)” (AGUIAR E SILVA, 1988, p. 34). Nesse processo, num sentido mais amplo, a leitura “longe de ser uma recepção pacífica, apresenta-se como uma interação produtiva entre texto e leitor” (JOUVE, 2002, p. 61), estabelecendo assim uma relação simbólica entre autor, texto e leitor.

O pacto entre essas unidades “individuais” faz com que o texto, como discurso engajado do autor perante o mundo, possa ser analisado, segundo Gerard Genette, a partir do discurso, o que implica no estudo das relações desse discurso com os acontecimentos que ele relata e o discurso do outro (1972, p. 25). Dessa forma, o discurso do autor apresenta um ataque polêmico contra a fala do outro, de tal maneira que sempre haja uma dialogia com a voz do outro. No entrelaço dessas vozes, ocorre a produção do romance polifônico, no qual o sentido de polifonia aporte na concepção de um conjunto de todas as vozes ideológicas, sem que haja uma diluição do sujeito. Nesse caso, o sentido de polifonia funciona como um instrumento de construção da metaficção pós-moderna, em especial quando ela se volta “para relatos históricos e ficcionais do passado com objetivo de estudar as inserções ideológicas” (HUTCHEON, 1999, p. 248).

Uma forma de analisar uma obra polifônica pode ser pela desconstrução do texto, jogando com as contradições e oposições das diferentes vozes discursivas intra e extra literárias, no intuito de proceder uma leitura das imbricações ideológicas do sujeito discursivo em relação ao agenciamento dos discursos. O texto literário, dessa forma, cumpre um papel que de acordo com a abordagem articulada de sua leitura extrapola o limite de seu tempo e tornar-se um artefato literário com o qual o leitor pode proceder duas formas de análise sendo, pois uma voltada para as relações discursivas do texto via conceitos bakhtinianos da polifonia e outra, que a partir da seleção desses, o analista possa proceder a uma desconstrução do texto num processo que demonstre como a forma de apresentação da obra, as relações intertextuais dos discursos e as contradições e oposições entre as vozes podem ocultar uma ideologia, que

o autor muitas vezes não viu ou não quis ver, mas que permeia as entranhas do texto a espera de uma leitura cerrada.

Nessa linha de pensamento, a obra *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro, como um acontecimento artístico vivo, coincide com a data de sua publicação, “com o período da abertura política [...]. A proposta de releitura da história brasileira que a obra encerra só poderia ser encenada em uma atmosfera livre de quaisquer cerceamentos” (BERND, 2003, p. 81). As 673 páginas compõem o que pode ser definido como a epopeia do povo brasileiro, justamente porque a obra dá voz à fala do povo em contraponto com a voz da elite, num processo que, segundo Donald Schüller, “distribui-se em duas vozes: a voz dos dominadores e a voz dos dominados. As vozes conjugam-se como máscaras [...] hostilizando-se sem que uma silencie a outra” (1989, p. 33). Para Bernd e Utëza, o maior dom do autor é o de escrever a tensão dos contrários inscrevendo nesse espaço intervalar elementos de desestabilização da estruturas político-sociais brasileiras, a fim de construir, após a queda da ditadura militar brasileira, um caminho que pudesse recuperar, demonstrar e abrir um espaço para discursos sobre a questão do negro no Brasil — na História, na Filosofia e na Literatura (2001, p. 42).

O romance se configura, portanto, como obra agenciadora de discursos operacionalizada por João Ubaldo Ribeiro numa posição histórica dos primeiros anos pós-ditadura de 1964, que, de acordo com a sua geração, está imbuído de aguda consciência crítica da realidade nacional, propondo-se a agrupar discursos díspares, com um efeito de sentido para demonstrar como o negro, no Brasil, sofreu um processo de apagamento durante a diáspora. Este processo perdurou durante mais de três séculos, culminando na formação de uma população negra que a “cada disseminação carregava consigo a promessa de um retorno redentor às suas origens” (HALL, 2003, p. 28). O texto ubaldiano rompe com o projeto de nacionalidade por duas vias: uma negando a razão ocidental com as reencarnações da *alminha brasileira* e outra pela assimilação do apagamento dos traços de negritude nos discursos dos personagens, de tal forma que haja uma multiplicidade de discursos em relação aos conceitos de identidade e africanidade.

Para efetuar alguns esclarecimentos, convém fazer um aparte sobre esses dois conceitos. Primeiramente, é preciso lembrar que as palavras africanidade e identidade são discursos em construção. No caso do conceito de identidade, trata-se de um discurso que “preenche os espaços entre o mundo pessoal e o mundo público” (HALL, 2003, p. 18), num processo que, de forma descontínua, agrega valores de um determinado grupo pelo resgate da memória processado pela narrativa. Além disso, o conceito revela um apego à tradição —

religião, objetos, costumes, alimentação —, ligada a fatores que, embora possam ter sido solapados pelos detentores do poder durante muitos anos, permanecem no meio do povo e passam a ser a identidade de um determinado grupo, no caso dos negros e seus descendentes.

Como um conjunto de discursos agenciados pelo autor, a obra de João Ubaldo Ribeiro caracteriza-se como uma espécie de simulacro humanístico centrado no homem de todas as épocas. Sua fundamentação sócio-política entrelaça os textos numa diversidade textual que propicia a convivência de gírias, de termos de outras línguas, de palavras originadas nos diversos extratos da cultura brasileira, de outras criadas pelo autor, enfim de várias manifestações linguísticas discursivas que fazem de João Ubaldo Ribeiro, não apenas um contador de causos, mas um articulador da linguagem. Seu texto pode ser descrito como um mosaico discursivo que assume a função de resgatar e atualizar as africanidades no Brasil ao expor, de forma direta ou indireta, o pensamento filosófico discursivo brasileiro sobre a negritude, e de como um romance de forma “engajada” pode trabalhar questões relativas a re(leitura) de quatro séculos da História do Brasil.

## 6 REFERÊNCIAS

BERND, Z. **Introdução à literatura negra**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

---. **Literatura e identidade nacional**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BERND, Z.; UTËZA, F. **O caminho do meio: uma leitura da obra de João Ubaldo Ribeiro**. Porto Alegre: Editora/UFRGS, 2001.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoievski**. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Abramo, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Luiz Felipe Baeta. Rio de Janeiro: Fontes, 1997.

GENETTE, G. **Discurso da narrativa**. Trad. Fernanda Cabral Martins. Lisboa: Veja Universidade, 1972.

GIACON, E. M. de O. **Viva o Povo Brasileiro: história e identidade**. Dissertação (Mestrado em Letras). Unesp- Assis/SP, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomás Tadeu da Silva [et al.]. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

---. **Da diáspora: identidade e mediações culturais.** Trad. Adelaine La Guardiã Resende [et al.]. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção.** Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

JOUVE, V. **A leitura.** Trad. Brigitte Hervot. São Paulo: UNESP, 2002.

NABUCO, Joaquim. **Abolicionismo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

OLIVEIRA, D. D. de. **A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil.** Brasília: Editora da UnB, 1998.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Trad. Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

PINSKY, J. **A escravidão no Brasil.** 13. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

PROENÇA FILHO, D. **A trajetória do negro na literatura brasileira.** Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. 2002. Acesso em: 14 jun. 2008.

RIBEIRO, J. U. **Viva o povo brasileiro.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira.** 7. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1980 (Volume 1).

SCHÜLER, D. **Teoria do romance.** São Paulo: Ática, 1989.

SILVA, L. F. M. **Sobre a implementação de cotas e outras ações afirmativas para os afro-brasileiros.** Disponível em: <[http://www.achegasnet/numero/cinco/lfernando\\_2.htm/](http://www.achegasnet/numero/cinco/lfernando_2.htm/)>. 2003. Acesso em: 12 jun. 2008.

SILVERMAN, M. **Protesto e o novo romance brasileiro.** Trad. Carlos Araújo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje.** 12. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

WOLF, Eric. **Antropologia e poder.** Trad. Pedro Maia Soares. Campinas: Editora Unicamp, 2003.